

O POSICIONAMENTO DE INDIVÍDUOS INSTITUCIONALIZADOS ANTE AS INSTABILIDADES DOS LAÇOS AFETIVOS: UM RELATO DE PRÁTICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Maria Teresa Leite Bringel

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Victor Rodrigo Bomfim Leite Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Ana Mara Dutra Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este artigo relata uma intervenção realizada por discentes do VI semestre do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, referente ao crédito prático do componente curricular Estágio Básico IV. A intervenção fundamentou-se na observação, interação e escuta com sujeitos institucionalizados para favorecer a compreensão do cenário destes. A instituição localizada na cidade de Vitória da Conquista - BA, corresponde a um programa que assegura ao jovem em situação de rua e em vulnerabilidade psicossocial uma referência de endereço, objetivando o retorno desses adolescentes para a família. A atividade referida teve como objetivo observar e auxiliar como o adolescente se posiciona no mundo diante da inconstância de laços afetivos em suas vidas, visto o processo de institucionalização deles. O processo foi realizado em seis encontros, nos quais foram abordados aspectos das suas vivências, além de colher demandas, propor atividades lúdicas e promover uma interação grupal. Percebeu-se, por parte dos indivíduos, que apesar do sofrimento, estes, por sua vez, ainda possuem desejos, aspirações, sonhos e pretendem lográ-los utilizando-se dos recursos que lhes estão dispostos. Assim, a partir das demandas colhidas, realizou-se intervenções visando o acolhimento da fala, assim como um momento de discussão e reflexão sobre seus posicionamentos diante da realidade.

Palavras chave: Institucionalização. Vulnerabilidade Social. Laços Afetivos.

Introdução

O presente relato concerne à atividade prática realizada pelos discentes do VI semestre do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob a

orientação da professora do componente curricular Estágio Básico IV. A proposta fundamentou-se na observação, interação e intervenção com sujeitos institucionalizados para favorecer a compreensão do cenário destes.

Sendo assim, foi desenvolvida uma atividade prática com adolescentes institucionalizados e em situação de vulnerabilidade emocional e social. O objetivo geral que norteou a prática foi observar e auxiliar como o adolescente se posiciona no mundo diante da inconstância de laços afetivos em suas vidas, visto o processo de institucionalização deles e o amplo movimento de pessoas durante esse período, a partir de conversas em grupo com o auxílio de dinâmicas e interação entre todos para que fosse promovido um espaço de escuta para esses jovens, além de um conversa individual se assim fosse desejado por eles.

O desenvolvimento das atividades com os adolescentes caracterizou-se a partir de encontros semanais, nos quais foram possíveis observar as demandas, propor atividades lúdicas; além de promover uma interação grupal entre os mesmos. Tendo também como finalidade instigá-los a serem protagonistas das suas vidas mesmo em situações de vulnerabilidade e inconstância habitacional e/ou de responsáveis.

A atividade foi desenvolvida em uma instituição da cidade de Vitória da Conquista – BA. E, por questões éticas e privacidade dos adolescentes, a identificação desta mantém-se em sigilo. A instituição é um programa que assegura ao jovem em situação de rua e em vulnerabilidade psicossocial uma referência de endereço, objetivando o retorno desses adolescentes para a família. A unidade funciona 24 horas, serve de abrigo em tempo integral e recebe adolescentes de 11 a 18 anos incompletos; estes são encaminhados para o serviço através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e associados como a justiça, a polícia, equipe de abordagem, Cras, Creas, instituições religiosas, entre outras.

O componente curricular Estágio Básico IV, de caráter prático, integra o fluxograma do curso de Psicologia e tem como objetivo geral a capacitação do profissional em formação no âmbito das vulnerabilidades que perpassam as vidas das pessoas que são assistidas por seus serviços.

O conceito de vulnerabilidade está intrinsecamente ligado ao de risco, na medida em que a relação entre os dois pode determinar maior ou menor dano em potencial na situação do sujeito. Katzman (1999; 2001) relaciona-o ainda com a existência ou não de recursos e possibilidades para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade, assim como para o enfrentamento das situações de risco.

A inserção e estabilidade no mercado de trabalho, assim como a proteção oferecida por suas relações sociais e o acesso a serviços públicos servem como indicadores do contexto de vulnerabilidade. A isto se relaciona o contexto das crianças e adolescentes institucionalizados, que retirados direitos primários são assistidos por políticas que proporcionam a garantia dos mesmos, visando a diminuição da exposição a situações de risco e da vulnerabilidade.

Considerando o sujeito em vulnerabilidade como aquele que está exposto em maior grau a determinados riscos, os adolescentes institucionalizados encontram-se em situações vulneráveis, especialmente no que tange aspectos sociais (raciais, econômicos, gênero, etc.) e emocionais.

Para Bock (2002) a relação indivíduo-sociedade é compreendida numa questão dialética no qual um constitui o outro, sendo assim, através o processo da linguagem ocorre uma forma de mediação no qual o sujeito não apenas interage com o mundo, mas a partir dele pode construir significados e sentidos que norteiam suas ações. É nesse processo de mediação e contato com o outro que a adolescência é vivida, sendo concebida como características singulares de cada sujeito.

Ao longo dos processos históricos, a adolescência foi vista de diferentes formas. Até o séc. XVIII por exemplo, segundo Teixeira (2003) os adolescentes aprendiam e conviviam com os adultos sobre como deveriam se comportar. Somente a partir do século seguinte que o conceito de adolescência passou a ser entendido com características distintas das infância e idade adulta. Dessa forma, as instituições passaram também a reavaliar as formas de juventude até então concebidas.

É nesse cenário de proteção ao sujeito que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA se institui como órgão responsável pela fiscalização dos seus direitos e deveres. E encontra-se também o adolescente enquanto sujeito institucionalizado. Para Siqueira e Dell'Aglio (2006), as medidas de proteção enquanto abrigo tornam-se necessárias a partir do momento em que a família não desempenha seu papel de apoio e proteção, fazendo com que a criança ou adolescente esteja sujeito a fatores de risco para o seu bem-estar e desenvolvimento. Para isso, o ECA (1990) estabelece que o abrigo deve ser uma medida protetiva, excepcional e provisória visando o afastamento desse indivíduo de situações que possam colocá-la em risco.

Para o estabelecimento de casos de medidas protetivas ou de afastamento do adolescente que teve seus direitos de alguma forma lesados pela família, existe o acolhimento

institucional, anteriormente denominado de abrigo. Vale ressaltar que o acolhimento institucional (ECA, art. 101, VII) não se configura como forma de medida socioeducativa (ECA, art. 112, VI), mas sim como uma medida de proteção ao adolescente, não implicando dessa forma em privação da liberdade do sujeito. Comprovando a vulnerabilidade da família e a exposição a qualquer risco do menor que possa vir a violar seus direitos (abandono, negligência, violência), as autoridades judiciais podem retirar esse jovem do poder familiar e integrá-lo às instituições de acolhimento e reiterando esse sujeito de forma rápida mas também cautelosa a família, e em casos excepcionais onde isso não é possível, acontece a colocação para uma família substituta através de adoção, guarda ou tutela.

O serviço de acolhimento institucional está diretamente voltado para a preservação e o fortalecimento das relações familiares da criança e do adolescente, de forma que seus direitos possam ser preservados, inclusive o acesso à educação e saúde.

Os direitos da criança e do adolescente deixam de ser preservados no meio familiar quando esta viola, negligencia ou abandona o sujeito (Gomide, 2003). Dessa forma, os pais ou quem quer que tenha a guarda desse sujeito deve preservar e possibilitar o acesso à saúde, educação, segurança, além do bem-estar e todas as formas de cuidados a uma pessoa ainda dependentes destes. O art. 5º do ECA afirma que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". A lei, portanto, estabelece de forma clara e objetiva que qualquer forma de atos que possam prejudicar a integridade física e/ou psicológica deve ser objeto de intervenção judicial.

Desta forma, como afirma Venosa (2004, p. 379):

O poder familiar é exercido a partir da prerrogativa do poder-dever, oriunda da responsabilidade dos pais em face dos filhos menores. Dessa forma, o Estado pode atuar na fiscalização do cumprimento de tais deveres, e, em caso de desrespeito ou da prática de atos que prejudiquem os interesses dos menores, há possibilidade de ser imposta suspensão, extinção ou perda do poder familiar. Assim, a lei disciplina casos em que o titular deve ser privado de seu exercício, temporário ou definitivo.

A família, portanto, possui o dever de orientar, incentivar e ajudar o adolescente em seu processo de desenvolvimento de forma que possa resguardar os seus direitos, garantindo um espaço acolhedor e saudável para o desenvolvimento destes. Em caso de violação desses

princípios, o Estado encaminha o adolescente para abrigos institucionais até que o adolescente possa retornar ao poder familiar ou a famílias substitutas.

Considerando a adolescência como fase de suma importância para o desenvolvimento do sujeito, em casos de jovens institucionalizados as situações de vulnerabilidade se vivenciam em maior grau devido às situações de variações não apenas ambientais, mas também emocionais, o que torna necessário a criação de mecanismos sociais que possam promover a redução de impactos e viabilizar o fortalecimento e desenvolvimento de habilidades desses jovens.

Portanto, parte-se também da concepção teórica do sujeito enquanto um ser social, constituído pelas relações sociais, tendo papel ativo na construção desta. Tal sujeito é perpassado pelas intersubjetividades delineadas socialmente, sem se diluir nelas, sendo parte constituidor conquanto escolhe. Afastando-se assim de concepções deterministas, que enxergam o sujeito como passivo nas relações sociais que o cerca. O ato de escolher, segundo Aguiar (2006), é a expressão singular do sujeito, que revela sua subjetividade, através de toda a constituição de seu desenvolvimento.

Diante disto, o posicionamento e o processo de escolha foram entendidos nesta intervenção como processos ativos dos sujeitos, a partir da vivência e da sua própria avaliação sobre o mundo. Sendo assim, pode-se constatar que esse movimento de escolha é multifatorial e sofre interferências das contingências do contexto dos indivíduos, assim como das consequências desta e as condições sociais em que ela se dá.

Método

A atividade prática na instituição foi baseada em cinco encontros semanais, no período noturno por ser o horário onde todas as crianças estariam presentes. O primeiro dia foi destinado ao contato inicial com a instituição a partir da apresentação dos discentes aos sujeitos da instituição e da proposta de atividade, assim como um momento de conversa com o psicólogo que trabalha no local. Esta teve como objetivo obter conhecimento prévio a respeito das situações atuais dos jovens que estavam residindo no momento e da melhor forma de poder abordá-los e estabelecer um encontro positivo com eles. Foi esclarecido que as atividades seriam programas a partir das demandas observadas a cada encontro.

No segundo encontro, realizou-se uma dinâmica de apresentação com o grupo, tendo como objetivo a mobilização deste para a participação da atividade e criação de vínculos com os discentes. Na semana seguinte foi realizada uma dinâmica para coleta de informações a

respeito das vivências dos indivíduos institucionalizados. Foi proposta uma atividade na qual os estes produziram desenhos sobre sua visão de si no presente e como se imaginam no futuro. Objetivou-se proporcionar um espaço para a elaboração de conteúdos que pudessem orientar a prática, assim como um momento de reflexão sobre a percepção de si e da sua própria condição, abrindo espaços de fala. A atividade foi realizada em grupos, divididos entre as crianças mais novas e os adolescentes. Importante ressaltar que as atividades foram livres, participando apenas quem se interessasse.

Após breve análise do que foi produzido, para o quarto encontro foi mantida a divisão em grupos para que o conteúdo dos desenhos fosse explanado por eles. Uma parte dos estagiários ficou responsável pelas crianças (apenas uma participou) e outra com os adolescentes e em ambos ocorreram com o objetivo de proporcionar discussões acerca das produções e de seus significados para os indivíduos.

No quinto encontro foi realizado uma roda de conversa com os adolescentes, em grupo, e com outra criança, que não havia participado da atividade anterior. Neste momento foram discutidas as estratégias pelas quais os indivíduos alcançariam o que foi elaborado sobre seus respectivos projetos de futuro, de quais meios, disponíveis na sua realidade, poderiam se apropriar para realizar os desejos concernentes à visão de futuro. Ao final da atividade propomos uma dinâmica com o grupo, na qual objetivou-se trabalhar a importância da confiança e do vínculo entre os membros para superação de situações adversas

A finalização da prática aconteceu em um momento posterior, no qual foi realizado uma confraternização que envolveu as crianças e adolescentes e os funcionários da instituição. Neste momento também foi proposta uma dinâmica, na qual se propôs uma encenação a partir de como elas se imaginavam após alguns anos e o que fizeram para chegar naquele ponto.

Resultados e discussão

A prática realizada possibilitou um espaço de escuta e de troca de experiências entre o grupo dos assistidos pela instituição, entre si e com os discentes que realizaram a atividade, assim como o conhecimento da realidade destes e de duas histórias de vida, de forma que tal pudesse ser utilizado para a elaboração de estratégias de superação e de fortalecimento.

Ao decorrer dos encontros colheu-se dados que mostram como são as projeções desses adolescentes e crianças no presente, assim como eles se imaginam no futuro. Notou-se que nos adolescentes que se deparam com a possibilidade de evasão da instituição devido a aproximação de sua maioridade, as projeções sobre o futuro são catastróficas (levando-se em

consideração os seus respectivos desenhos). Um dos desenhos desses adolescentes continha uma casa intacta no presente e no futuro uma casa toda destruída; foram identificados outros dois desenhos com essa conotação trágica, aparecendo indícios de ideação suicida em um deles. Porém, também pode-se verificar a presença de conteúdos mais otimistas, como possuir uma casa, ter qualificações profissionais e empregos.

Por meio do quarto encontro, foi possível a explanação dos desenhos com os indivíduos. Com uma criança, foi identificada as suas projeções no presente e no futuro, sempre citando o seu irmão como um parceiro fixo. Com os adolescentes o processo foi dividido em conversas individuais e em grupo visto que duas adolescentes preferiram conversar individualmente

A partir dessas discussões com as crianças e adolescentes foi perceptível grandes dificuldades de planejamento para o alcance de seus próprios objetivos, ou seja, eles conseguiam pensar em objetivos futuros, mas tinham dificuldades quanto ao que fazer para concretizá-los.

No decorrer do quinto encontro, foi trabalhado com outra criança da instituição o conteúdo de seus desenhos e esta trouxe em sua fala alusão a sua possível adoção internacional. Grande parte dos adolescentes apontaram que tais objetivos seriam alcançados através de seus estudos, leituras, cursos profissionalizantes e trabalho. Um dos adolescentes tinha o sonho de se tornar ator, mas parecia inseguro quanto a concretização deste, uma vez que ele não sabia quais são os passos para atingir esse objetivo.

Fez-se possível a troca de sentimentos e percepções de mundo, de forma agradável e espontânea, que possibilitou reflexões acerca da importância da convivência em grupo e de como os vínculos são importantes para o sucesso e realização de uma tarefa.

Diante do que foi vivenciado na instituição e do que foi colhido nas falas, percebe-se que apesar do sofrimento que as crianças e jovens passam, estas, por sua vez, ainda possuem desejos, aspirações e sonhos. Desta forma, eles pretendem lográ-los utilizando-se dos recursos que lhes estão dispostos. Ao estudar conceitos como vulnerabilidade e exclusão social, é de suma importância não enxergar o sujeito unicamente como personificação destes conceitos, mas como um indivíduo em sua totalidade. Atendo-se a isso, Sawaia (1999, p. 98), conclui que:

Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão supera a concepção de que a preocupação da população pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade ao mesmo tempo que dê poder, de economia e de direitos sociais.

A partir do contato com a instituição, as crianças e os adolescentes, é possível afirmar que estes estão em situação de risco e vulnerabilidade. Entretanto, a instituição desempenha um papel de assistência, fornecendo acesso a informação, alimentação, condições de moradia, reduzindo a exposição à violência e assegurando a frequência escolar. Funções estas que deveriam ser desempenhadas pelas famílias ou responsáveis das crianças e adolescentes assistidos pelo programa. Percebeu-se que a instituição se articula para reintegrar esses indivíduos às suas famílias de origem, ou na ausência dessas, familiares mais próximos (tios, avós, etc), sendo o processo de adoção uma das últimas opções.

Do mesmo modo, notou-se que as relações que os jovens estabelecem na instituição são diversas vezes positivas. Além da interação entre os mesmos, há também com os funcionários da instituição, como educadores, estagiários, psicólogos e seguranças. Mesmo que nestas relações, muitas vezes, existam conflitos, são em sua maioria de respeito e fraternidade, propiciando a criação de vínculos que se constituem como uma medida protetiva em caso de vulnerabilidade.

Considerações finais

A partir da atividade realizada foi possível conhecer a instituição em questão, seu funcionamento, alguns de seus funcionários e as crianças e adolescentes ali institucionalizados, assim como as trajetórias individuais dessas pessoas e os processos em andamento para a reintegração familiar e as dificuldades encontradas nestes, sendo este o objetivo central do projeto. Além do foco nos processos de reintegração, existem casos de adolescentes prestes a completar 18 anos e que conseqüentemente serão desinstitucionalizados, visto isso, a instituição se mobiliza para tentar assegurar a estabilidade financeira desse adolescente através da procura de um emprego.

Percebeu-se que a instituição fornece um suporte psicológico, social e educativo que possibilita não somente a reintegração familiar, como também a assistência necessária neste

processo, mediando conflitos com a da família nuclear e em muitos casos, a adoção por outras famílias.

A escuta individual possibilitou o acolhimento dos indivíduos, como um processo terapêutico, assim como o conhecimento da situação de cada um. O contato grupal possibilitou a escuta e interação um dos outros, resultando assim na possibilidade de uma compreensão mútua.

Diante disto, conclui-se que o objetivo foi alcançado levando em consideração o tempo para realização da atividade. Acredita-se que a intervenção promoveu o acolhimento da fala, assim como um momento de reflexão sobre seus posicionamentos diante da realidade, visto que, em Sawaia (2002), a prática sem questionamentos acerca do sofrimento pela realidade e a capacidade de autonomia e superação dos homens, se torna mera abstração e instrumentalização.

Referencial

AGUIAR, W. M. J. **A escola na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio histórica.** Psic. da Ed., São Paulo, 23, 2º sem. de 2006, pp. 11-25.

BOCK, Ana M. B. Adolescência: uma construção social. **Um olhar crítico sobre o conceito em livros destinados a pais e professores.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v.11, nº 1, p.63-76, Janeiro/Junho 2007.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. GUIMARÃES, Ana Maria de Abreu. MEYER, Patrícia. **Análise de um caso de extinção do poder familiar.** Psicol. cienc. rof. v.23 n.4 Brasília dez. 2003.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** SAWAIA, Bader (Orgs.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. p.97-119.

SILVA, Michele Augusta dos Santos. **Crianças e adolescentes institucionalizados: um estudo de caso no Centro de alojamento Temporário de Tercena.** Instituto Universitário de Lisboa. Setembro, 2014.

SIQUEIRA, A. C. & DELL'AGLIO, D. D. (2006). **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura.** Psicologia & Sociedade, 18, 7180

SIQUEIRA, A. C. & DELL'AGLIO, D. D. **Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 26 n. 3, pp. 407-415, jul-set, 2010.

TEIXEIRA, Lucema C. **Sentido subjetivo da exploração da exploração sexual para uma adolescente prostituída.** In: OZELLA, Sérgio (org). Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos

Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil. Discente Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Psicologia da UESB (NUPEP-UESB). E-mail: emanuelizequinelli@gmail.com

Maria Teresa Leite Bringel

Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil. E-mail: mariabringel22@gmail.com

Victor Rodrigo Bomfim Leite Silva

Graduando em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil. Discente pesquisador do Programa de Iniciação Científica da UESB (PIC/UESB). E-mail: rodrigovictor97@gmail.com

Ana Mara Dutra Souza

Professora do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Planejamento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Barcelona (UB).